

METANOL

Cerco à falsificação

Bebida adulterada saía de fábrica em São Bernarado do Campo, em São Paulo, segundo delegado

» RAPHAEL PATI

O delegado-geral da Polícia de São Paulo, Artur Dian, afirmou, ontem, que a principal hipótese em relação às bebidas adulteradas no estado é que tenham saído de uma fábrica clandestina na cidade de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. A polícia aponta Vanessa Maria da Silva como a principal suspeita de chefiar o esquema fraudulento. “A gente consegue estabelecer um vínculo grande que todas as bebidas saíram, em algum momento, desse círculo familiar que envolve a Vanessa”, disse o delegado. Vanessa foi presa em flagrante na semana passada. O delegado da PC-SP disse que, apesar de as investigações continuarem, o primeiro ciclo do que ele chamou de “cadeia criminoso” foi encerrado com a operação de ontem. O ciclo a que se refere o delegado envolve toda a cadeia de produção, desde a fábrica em que foi produzida a bebida até o ponto-final onde o produto foi comercializado. Além de Vanessa, o irmão, o pai e o cunhado também faziam parte do esquema, de acordo com a corporação. Os quatro foram presos. Ao contrário da Operação Carbono Oculto, os policiais afirmaram que não houve participação do Primeiro Comando da Capital (PCC) nesse processo. A Polícia Federal investiga se há uma relação entre o metanol utilizado para adulterar combustíveis com o que foi identificado em garrafas de bebida alcoólica. “Os postos não são da mesma rede, não acredito que possa ser estabelecido vínculo com a operação Carbono Oculto”, disse a delegada Isa Lea Abramavicus, da 1ª Delegacia de Polícia da Divisão de Investigações sobre Infrações. Na quinta-feira, a Receita deflagrou, em conjunto com outros órgãos, a Operação Alquimia, que busca coletar amostras de bebidas alcoólicas adulteradas por metanol. A operação é um desdobramento de duas outras — Boyle e Carbono Oculto —, que

Divulgação/Polícia Civil de São Paulo



Até chegar a Vanessa, a ação da força-tarefa de São Paulo fechou várias fábricas de bebidas que usavam etanol 'batizado' com metanol

identificaram a presença de metanol em milhões de litros de combustíveis vendidos no país, por meio da atuação do crime organizado e que envolveu até empresas ligadas à Faria Lima — o coração financeiro da cidade de São Paulo — com operações financeiras fraudulentas conduzidas por fintechs.

Casos confirmados

O Ministério da Saúde divulgou, ontem, que o Brasil contabilizou,

até o momento, 46 casos confirmados de intoxicação por metanol após consumo de bebidas alcoólicas. Ainda há 87 ocorrências em investigação. Entre os casos confirmados, 38 foram em São Paulo, quatro no Paraná, três em Pernambuco e um no Rio Grande do Sul. Ao todo, 528 suspeitas foram descartadas. Entre os casos ainda em investigação, a maior parte também está em São Paulo (44 notificações). As outras suspeitas estão

em Pernambuco (23), Rio de Janeiro (6), Piauí (3), Mato Grosso do Sul (2), Goiás (2), Paraná (2) e Bahia (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (1), Paraíba (1) e Tocantins (1). Não houve nova confirmação do número de mortes causadas pela intoxicação por metanol desde a última quarta. São, ao todo, oito óbitos, que ocorreram no estado de São Paulo (seis pessoas) e em Pernambuco (duas). Outros oito casos estão em investigação.

Convênio

Ontem, a Receita Federal assinou um acordo de cooperação com o Instituto Combustível Legal (ICL) para depositar milhões de litros de combustíveis apreendidos nas operações conduzidas pelo órgão, como a Carbono Oculto. O termo foi assinado entre as partes, após as empresas ligadas ao setor apontarem o ICL como uma “entidade idônea e representativa do setor”.

STF conta com 2 votos contra reativação do Sicobe

» WAL LIMA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem (17/10), o julgamento que pode decidir se o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) será retomado. Até o momento, dois ministros votaram para manter o sistema desativado, seguindo a posição do relator, ministro Cristiano Zanin. Instituído em 2008, o Sicobe foi criado para monitorar em tempo real a produção e a comercialização de cervejas, refrigerantes e águas envasadas,

com o objetivo de coibir a evasão fiscal e aprimorar o controle tributário. O sistema era usado em fábricas para contar a quantidade de produtos produzidos e realizar as devidas cobranças de impostos. No entanto, não avaliava a qualidade das bebidas e não abrangia produtos destilados, como uísque, vodka e gim. A ferramenta foi desativada em 2016, após a Receita Federal considerar os custos desproporcionais aos benefícios e apontar falhas técnicas. Na época, o órgão estimou que uma eventual reativação representaria uma renúncia fiscal de R\$ 1,8 bilhão e demandaria cerca

de R\$ 1,4 bilhão em gastos de manutenção. Mesmo assim, em 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o retorno do Sicobe, mas o governo federal recorreu ao Supremo para questionar a decisão. Durante o processo, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que a reativação do sistema custaria cerca de R\$ 1,8 bilhão por ano — valor superior ao custo total do sistema eletrônico da Receita, estimado em R\$ 1,7 bilhão. Em abril deste ano, o ministro Cristiano Zanin suspendeu os efeitos da decisão do TCU. Agora, o colegiado analisa o mérito do caso.

No voto apresentado em sessão virtual, Zanin reafirmou que o Tribunal de contas não tem competência legal para obrigar a Receita Federal a reativar o sistema. O ministro também destacou que o restabelecimento do Sicobe configuraria um incentivo tributário sem previsão na Lei Orçamentária Anual de 2025, o que poderia violar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O voto do relator foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes. A votação, que ocorreu de forma virtual e seguirá aberta até a próxima sexta-feira (24/10) e ainda depende da manifestação dos outros quatro

integrantes da Primeira Turma. A discussão ocorre em meio à crise de intoxicação por metanol após o consumo de bebidas alcoólicas adulteradas, que já contabiliza 41 casos confirmados e 107 em investigação. Outras 469 notificações foram descartadas, segundo o balanço mais recente do Ministério da Saúde, divulgado na última quarta-feira (15/10). Em nota, a Receita Federal esclareceu que o Sicobe não tem relação com a atual crise, já que o sistema monitorava apenas a produção de cervejas, refrigerantes e águas envasadas — sem avaliar a qualidade do conteúdo das bebidas.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Rombo de R\$ 17 bi derruba presidente da Previ

O presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), João Luiz Fukunaga, anunciou ontem o desligamento do cargo que ocupava desde maio de 2023, após reunião do Conselho Deliberativo da empresa. O fundo é o maior da América da Latina atualmente, sendo responsável pela gestão de mais de R\$ 200 bilhões e mais de 200 mil associados. Fukunaga sofreu desgastes após o resultado contábil do fundo indicar um déficit de R\$ 17,6 bilhões no Plano 1 em 2024, após um superávit de R\$ 9,8 bilhões no ano anterior. Por conta disso, os resultados da empresa estão na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). Em discurso de despedida publicado nas redes sociais, o agora ex-presidente da Previ não mencionou o rombo, mas afirmou que melhorou a gestão dos planos desde o fim do ano passado. “No Plano 1, demos continuidade à imunização do passivo, uma estratégia

que prioriza a liquidez e aderência às obrigações do plano, que já está em fase de maturidade”, afirmou. Além disso, o executivo destacou o desinvestimento em mais de 50 empresas desde o ano passado e um reforço na carteira de títulos públicos em mais de R\$ 19 bilhões durante esse período. Desde o início deste ano, R\$ 7 bilhões foram contratados a uma taxa média da inflação acrescida de 7,35%. “Isso trouxe mais estabilidade para o Plano 1, não apenas agora, mas pelas próximas décadas”, acrescentou o ex-presidente. No vídeo, o sindicalista ainda manifestou que deixa o cargo com “sentimento profundo de gratidão e de dever cumprido”. Ele citou as conquistas e resultados da empresa ao longo do período em que permaneceu no cargo e agradeceu à presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, que foi quem o indicou para o cargo. Fukunaga é o primeiro sindicalista a comandar a instituição desde 2010, quando

Sergio Rosa deixou o cargo. “Saio com a convicção de que trabalhei intensamente para ajudar na construção do futuro de mais de 200 mil pessoas que confiam nessa instituição sólida. Nada disso seria possível sem o trabalho dedicado de cada funcionário da Previ. A vocês, o meu mais sincero agradecimento. Foi uma honra contar com um time tão competente, comprometido e apaixonado pela nossa missão”, destacou. Fukunaga agora assume a diretoria da EloPar, uma holding formada por parceria entre Banco do Brasil e Bradesco. Já a presidência do fundo ficará a cargo de Márcio Chiumento, que já atuava como diretor de Participações na empresa. Ele é funcionário de carreira do Banco do Brasil desde 2000 e já ocupou outros cargos de liderança dentro da Previ. Atualmente, ele também integra o conselho de administração da Neoenergia e é vice-presidente do conselho de administração da Tupy. (RP)

Previ/Divulgação



Fukunaga estava na Presidência da Previ desde maio de 2023

UBERIZAÇÃO

Trabalho por aplicativos cresce 25% em dois anos

» RAFAELA BOMFIM*

Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 1,7 milhão de pessoas têm nas plataformas digitais sua principal fonte de renda. O número representa 1,9% da população ocupada no setor privado e um crescimento de 25,4% em relação a 2022, quando eram 1,3 milhão de trabalhadores. O levantamento integra o módulo Trabalho por meio de plataformas digitais 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), feito em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). O estudo mostra que o fenômeno da plataformização está se expandindo e diversificando. A maioria dos trabalhadores atua no transporte de passageiros — são 878 mil motoristas, incluindo táxis e aplicativos. Outros 485 mil se dedicam à entrega de produtos e alimentos, enquanto 294 mil prestam serviços profissionais ou domésticos, como limpeza, manutenção, cuidados pessoais, design e tecnologia. O segmento de serviços especializados foi o que mais cresceu no período, com alta de 52,1%, reflexo da popularização de plataformas que conectam autônomos a clientes em áreas técnicas e criativas. A pesquisa também revela que a expansão do setor vem acompanhada por uma precarização estrutural das relações de trabalho. Entre os plataformizados, 86,1% são trabalhadores por conta própria, e apenas 6,1% são empregadores. A informalidade atinge 71,1% do total, índice muito superior ao dos trabalhadores fora das plataformas, de 43,8%. Menos de quatro em cada 10 contribuem para a previdência social. “O crescimento rápido desse tipo de ocupação vem sendo acompanhado de um afastamento dos direitos básicos trabalhistas e previdenciários”, afirma o analista do IBGE, Alexandre Veras. O rendimento médio mensal dos trabalhadores de plataformas ficou em R\$ 2.996, pouco acima dos R\$ 2.875 recebidos, em média, por quem não atua nesse tipo de atividade. No entanto, a diferença se explica pelo aumento do tempo de trabalho. Os plataformizados dedicam, em média, 44,8 horas por semana às atividades, quase seis horas a mais que os demais ocupados. O ganho por hora, portanto, é menor, R\$ 15,40 contra R\$ 16,80. “Há uma tendência clara de aumento da dependência tecnológica e redução da autonomia. O trabalhador se submete à lógica dos algoritmos, que definem a oferta de corridas, as metas de desempenho e até os horários de maior ganho”, explica Beatriz Amália Albarello, pesquisadora em saúde mental e relações de trabalho. Segundo Beatriz, a ideia de liberdade associada ao trabalho por aplicativos é ilusória. “O trabalhador acredita que escolhe quando e quanto trabalhar, mas na prática, está sujeito a um sistema de controle invisível, que o induz a jornadas mais longas e exaustivas para garantir o mínimo necessário. A lógica é de autogerenciamento com risco total e proteção zero.” Albarello observa ainda que muitos ultrapassam 60 horas semanais, sem descanso adequado, o que leva a quadros de estresse, adoecimento e desgaste físico e emocional. O perfil dos trabalhadores de plataformas reflete desigualdades sociais e regionais. O grupo é majoritariamente masculino (83,9%) e composto, em sua maioria, por pessoas entre 25 e 39 anos (47,3%). Quase metade se declara preta ou parda, e 59,3% têm ensino médio completo ou superior incompleto. A concentração é maior nas regiões Sudeste e Nordeste.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula